



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

CEB GERAÇÃO S.A.

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

<b>CONTRATO: 003/2020</b>	<b>PROCESSO SEI: 00311-00000006/2020-34</b>
---------------------------	---

<b><u>CONTRATANTE</u></b>	A CEB GERAÇÃO S/A, com sede no SIA - Setor de Áreas Públicas Sul - Área Especial, Lote "C", Brasília/DF, CEP 71.215-902, neste ato denominada CEB GERAÇÃO, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 04.232.314/0001-70.
<b>REPRESENTANTES LEGAIS</b>	
<b>DIRETOR GERAL</b>	<b>LUIZ EDUARDO SÁ RORIZ</b> , brasileiro, casado, natural de Luziânia/GO, cédula de identidade nº 479444 SSP/DF, CPF nº 244.824.711-00.
<b>DIRETORA</b>	<b>PRISCILA PARIS MENDONÇA</b> , brasileira, divorciada, natural de Goiânia/GO, cédula de identidade nº 4078845 – SSP/DF, CPF nº 006.466.961-06.
<b>PROCURADOR JURÍDICO</b>	<b>CRISTIANA FERRAZ PALHARES</b> , Brasileira, casada, advogada, Natural de Brasília/ DF, RG nº 1737079, SSP/DF, CPF: 896.727.471-87.
<b>RESPONSÁVEL TÉCNICO-RT</b>	<b>RENATA ROSA RIBEIRO</b> , brasileira, solteira, natural de Brasília/DF, cédula de identidade nº 1.864.640 – SSP/DF, CPF nº 839.101.311-15.
<b><u>CONTRATADA</u></b>	<b>BERKAN AUDITORES INDEPENDENTES S/S</b> , com sede no município de Blumenau, Rua Guarani nº 63, casa, Bairro Garcia – Santa Catarina, CEP: 89.021-110, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 21.449.300/0001-22.
<b>REPRESENTANTES LEGAIS</b>	
<b>DIRETOR</b>	<b>BRADLEI RICARDO MORETTI</b> , brasileiro, casado, nascido Blumenau/SC, contador, residente na Cidade de Blumenau, Rua Ipiranga nº 240, Apartamento 101B, Bairro Garcia, CEP nº 89.022-300, portador da carteira de identidade nº 2.799.213, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF nº 797.311.479-34.

<b>RESPONSÁVEL TÉCNICO -RT</b>	<b>BRADLEI RICARDO MORETTI</b> , brasileiro, casado, nascido Blumenau/SC, contador, portador da carteira de identidade nº 2.799.213, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF nº 797.311.479-34.
<b>1. DADOS ESPECÍFICOS</b>	
<b>1. VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>	12 (doze) meses.
<b>1. PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA</b>	O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos, contados a partir da publicação do DODF.
<b>1. VALOR DO CONTRATO</b>	R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil, e quinhentos reais).
<b>1. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS</b>	Os preços contratuais, em reais, serão reajustados pelo INPC = Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE.
<b>1. REGIME DE EXECUÇÃO</b>	Empreitada por preço Global.
<b>1. OBJETO DO CONTRATO</b>	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CEB GERAÇÃO S. A., CONFORME PROJETO BÁSICO Nº 017/2019.
<b><u>SIGNATÁRIOS</u></b>	
<b><u>CONTRATANTE</u></b>	
<hr/> <b>LUIZ EDUARDO SÁ RORIZ</b> <b>DIRETOR GERAL</b>	<hr/> <b>PRISCILA PARIS MENDONÇA</b> <b>DIRETORA</b>
<b><u>CONTRATADA</u></b>	
<hr/> <b>BRADLEI RICARDO MORETTI</b> <b>DIRETOR</b>	

<b><u>TESTEMUNHAS</u></b>	
<b>Nome:Renata Rosa Ribeiro</b>	<b>Nome:Daiane Malamin Correia</b>
<b>CPF:839.101.311-15</b>	<b>CPF: 045.544.659-85</b>
<b>RG 1864649 - SSP/DF</b>	<b>RG 80372582 SSP/PR</b>
Brasília -DF, 30 de março de 2020.	

O presente Contrato é regido pelo CEBLic –Regulamento de Licitações e Contratos do Grupo CEB e pela Lei nº 13.303/2016 e suas alterações na forma e sob as condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** –OBJETO DO PRESENTE CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM AUDITORIA INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CEB GERAÇÃO S. A., CONFORME PROJETO BÁSICO Nº 017/2019.

Parágrafo Primeiro- O objeto contratual será executado de acordo com o estipulado neste ajuste, bem como o estabelecido no edital relativo ao certame licitatório originário, seus anexos e na proposta da CONTRATADA, constantes do processo indicado no preâmbulo, que, independentemente de transcrição fazem parte integrante do presente Contrato.

Parágrafo Segundo -O regime de execução do presente contrato é a empreitada por preço global.

**CLÁUSULA SEGUNDA** -DOS PRAZOS -O prazo de vigência do presente contrato será de 12(doze) meses, com o termo inicial a partir da publicação no DODF.

Parágrafo Primeiro- O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos, contados a partir da publicação no DODF.

Parágrafo Segundo–Qualquer pedido de prorrogação de prazo deverá ocorrer por escrito, antes do encerramento do prazo de vigência, ser devidamente justificado no processo licitatório, ser autorizado pela Diretoria Colegiada, bem como formalizado mediante aditivo ao instrumento contratual.

**CLÁUSULA TERCEIRA** -DO VALOR: O valor global deste contrato será de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil, e quinhentos reais).

Parágrafo Único -No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA**- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados na Praça de Brasília, através do Banco de Brasília S/A - BRB ou em qualquer praça onde este Banco possua agência, devendo o CONTRATADO indicar o número de sua conta-corrente no referido estabelecimento, bem como a respectiva agência.

Parágrafo Primeiro -Excetuam-se desta obrigação as empresas de outros Estados da Federação, que comprovadamente não possuam filiais e/ou representação no Distrito Federal, devendo neste caso, indicar o número de sua conta-corrente, bem como a agência do estabelecimento bancário, sendo que, as despesas decorrentes de quaisquer transferências ficarão a cargo do CONTRATADO.

Parágrafo Segundo -Os pagamentos serão realizados no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da(s) fatura(s) no protocolo da CONTRATANTE, acompanhada(s) da primeira via da folha de Medição de Ordem de Serviços -MOS, observando-se o cronograma físico-financeiro apresentado no Projeto Básico, e os quantitativos efetivamente realizados, desde que tenham sido cumpridas as obrigações contratuais e exigências administrativas da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro - As MOS poderão ficar retidas na área gestora da contratação, caso o CONTRATADO deixe de cumprir quaisquer obrigações contratuais.

Parágrafo Quarto -O intervalo mínimo entre cada medição será de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quinto -O CONTRATADO, como condição para recebimento dos pagamentos, deverá cumprir o estipulado na Cláusula Sexta, deste Contrato, devendo os documentos fiscais serem emitidos nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Sexto- Se, eventualmente, ocorrer atraso imputável à CONTRATANTE no pagamento relativo à execução do contrato, haverá compensação, por dia de atraso,de acordo com a variação do IGPM do mês da execução do objeto.

Parágrafo Sétimo- A CONTRATANTE, dispondo de recursos financeiros, poderá antecipar o pagamento, condicionado a contraprestação do fornecimento de bens ou execução do serviço, desde que seja concedido pelo CONTRATADO os descontos “pro-rata-temporis” equivalente à taxa de CDI mais 1% (um por cento) ao mês.

**CLÁUSULA QUINTA -DO PREÇO/DO REAJUSTAMENTO:**

- a)Os preços poderão ser reajustados após o período de 12 (doze) meses, mediante solicitação expressa da CONTRATADA.
- b)Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado.
- c)Os preços contratuais, em reais, serão reajustados pelo INPC = Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE.

**CLÁUSULA SEXTA -DAS OBRIGAÇÕES O CONTRATADO obriga-se a:**

- d)Obedecer rigorosamente às condições deste contrato, edital, Projeto Básico, Especificações Técnicas e anexos;
- e)Refazer, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os serviços porventura inadequadamente executados;
- f)Coordenar a execução do objeto de comum acordo com a CONTRATANTE, considerando-se a continuidade cronológica e física dos trabalhos, de maneira a evitar interrupções ou paralisações;
- g)Elaborar e enviar à CONTRATANTE, quando exigido, relatório dos serviços executados, no qual serão registrados, de maneira mais detalhada possível, os trabalhos realizados e outras ocorrências de interesse da Companhia;
- h)Observar, rigorosamente, o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas da ABNT, as leis e regulamentos pertinentes, conforme o caso;
- i)Iniciar a execução do objeto na data indicada no contrato;
- j)Solicitar, imediatamente, a presença do responsável pela fiscalização, para efetuar a necessária perícia, quando houver acidente nas instalações da CONTRATANTE ou em bens de terceiros;
- k)Atender as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, no que concerne ao objeto da contratação a seu cargo, assumindo todos os ônus e responsabilidades decorrentes;
- l)Atender às determinações da fiscalização e prestar informações exatas à mesma, não criando embaraços, bem como permitir, a qualquer tempo, a vistoria de suas instalações, veículos e equipamentos;
- m)Apresentar a garantia contratual, conforme Cláusula Décima Terceira, bem como as complementações necessárias quando for o caso;
- n)Manter contato permanente com a área gestora do contrato para tratar de assuntos relativos ao objeto desta licitação;
- o)Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições apresentadas para habilitação nesta licitação; e
- p)Observar nas suas relações de trabalho, o estabelecido no Inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.
- q)Registrar o respectivo contrato na entidade competente no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura e entregar uma via da ART ao Gestor do Contrato;
- r)Não se utilizar de mão de obra infantil sob pena de condição de causa de rescisão contratual, conforme estabelecida Lei Distrital 5061/2013;
- s)Não utilizar conteúdo discriminatório contra a mulher nos contratos de aquisição de bens e serviços por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do DF, sendo que o uso ou emprego constitui motivo para a rescisão do contrato e aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, conforme estabelecido na Lei nº 5448/2015.

Parágrafo Primeiro- O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do CONTRATADO quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à empresa pública ou à sociedade de economia mista a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

Parágrafo Segundo- A CONTRATANTE obriga-se:

- a)Comunicar expressamente ao CONTRATADO, com a antecedência necessária, qualquer alteração na programação da execução do objeto e propor uma nova;
- b)Cumprir as condições de pagamento estipuladas;
- c)Emitir a Medição de Ordem de Serviço-MOS, desde que tenham sido cumpridas as obrigações contratuais;
- d)Avaliar, mensalmente, a qualidade dos serviços prestados pelo CONTRATADO;
- e)Notificar por escrito, o CONTRATADO, sobre qualquer irregularidade referente à execução do objeto CONTRATADO, devendo este se reportar à CONTRATANTE no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da referida notificação.

**CLÁUSULA SÉTIMA -DAS RESPONSABILIDADES:** O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente à CEB GERAÇÃO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Parágrafo Primeiro- Na hipótese de chamamento da CONTRATANTE em juízo, a qualquer título, em decorrência da execução do objeto deste edital, o CONTRATADO obriga-se a assumir todas as responsabilidades e ônus oriundos, ficando a CONTRATANTE autorizada a glosar das faturas devidas ou da garantia contratual, as importâncias estimadas no processo, quando estiver constituído o débito em desfavor da Companhia, em razão de decisão judicial, e desde que comprovado por meio do devido processo legal, que o dano ocorreu por

inadimplência do CONTRATADO.

Parágrafo Segundo- Quando se tratar de despesas processuais em que a CONTRATANTE for demandada em juízo em conjunto com o CONTRATADO, nos casos de responsabilidade solidária/subsidiária, que surgirem no curso do processo (custas, depósitos recursais, garantia de juízo, perícias, entre outras), serão recolhidas/pagas pelo CONTRATADO, no prazo estipulado pela CONTRATANTE, mediante simples notificação prévia, sob pena de glosa das faturas devidas ou da garantia contratual e demais penalidades previstas neste contrato.

**CLÁUSULA OITAVA** -DOS EMPREGADOS DO CONTRATADO: Os empregados do CONTRATADO relacionados com a execução do objeto deste contrato deverão possuir capacidade, preparo e experiência comprovada para o desempenho dos serviços a que se propõe.

Parágrafo Único - Os empregados do CONTRATADO não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de responsabilidade daquela todas as obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais, previdenciárias e outras correlatas.

**CLÁUSULA NONA** -DAS PENALIDADES: Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATANTE poderá garantir prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa, conforme estabelecido no Parágrafo Quinto desta Cláusula;

c) Suspensão, por prazo não superior a 2 (dois) anos, do direito de participar de licitações perante a CONTRATANTE ou contratar com esta.

Parágrafo Primeiro- As penalidades previstas nas alíneas 'a' e 'c' poderão ser aplicadas juntamente com a constante da alínea "b", assegurada a defesa prévia de que trata a presente cláusula.

Parágrafo Segundo - O prazo de apresentação da defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, para as penalidades constantes das alíneas "a", "b" e "c", bem como na hipótese de cumulação de pena prevista no Parágrafo Primeiro desta Cláusula e contar-se-á o prazo da data do recebimento, pela CONTRATADA, da comunicação da aplicação da respectiva sanção

Parágrafo Terceiro - Os órgãos encarregados do recebimento, fiscalização ou inspeção deverão comunicar obrigatoriamente a autoridade competente da CEB GERAÇÃO, a ocorrência de qualquer fato que possa acarretar o inadimplemento de obrigações atribuídas à CONTRATADA.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa, salvo motivo de caso fortuito, de força maior ou outro, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, quando deixar de cumprir, no prazo e condições estipulados, qualquer obrigação contratual assumida.

Parágrafo Quinto - A multa será aplicada nos seguintes percentuais:

a) Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação.

b) No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, a incidência de multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

c) Nos demais casos de atraso, a incidência de multa nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

d) Pela inexecução parcial, a incidência de multa nunca inferior a 10% (dez por cento) ou superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

e) No caso de inexecução total, a incidência de multa nunca inferior a 20% (vinte por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato.

Parágrafo Sexto - As justificativas, referentes a atraso na execução do objeto, deverão ser apresentadas pelo CONTRATADO à área gestora da contratação que decidirá sobre a aceitação das mesmas.

Parágrafo Sétimo - As justificativas de que trata o PARÁGRAFO SEXTO somente poderá ser apreciadas pela CONTRATANTE, se lhe for apresentada dentro do prazo ajustado para execução do objeto.

Parágrafo Oitavo - As decisões sobre a aceitação ou não das justificativas serão comunicadas por escrito ao CONTRATADO.

Parágrafo Nono - O valor correspondente à multa será glosado dos pagamentos que o CONTRATADO tenha a receber da CONTRATANTE ou da garantia contratual. Verificando-se que o crédito é insuficiente para cobrir o valor da glosa, será o CONTRATADO notificado para recolher o saldo na Gerência Financeira da CEB GERAÇÃO, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento da comunicação, sob pena de cobrança judicial, independentemente da aplicação de outras sanções cabíveis.

Parágrafo Décimo - Sem prejuízo de outras sanções e ressalvados os casos de justificativa aceita pela CONTRATANTE, a penalidade de suspensão do direito de participar de licitações perante a CONTRATANTE ou contratar com esta, poderá ser aplicada: a) por 3 (três) meses, quando a CONTRATADA incidir duas vezes, no período de 1 (um) ano, em atraso na execução do objeto que lhe tenham sido confiados em licitações e contratações distintas, ou se reincidente em faltas pelas quais já tenha sido advertida; b) por 6 (seis) meses, quando for responsável pela rescisão do contrato; c) por prazo superior a 6 (seis) meses e não excedente de 2 (dois) anos, nos casos em que o inadimplemento acarretar graves prejuízos a CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Primeiro - As decisões sobre a aplicação da penalidade da presente Cláusula serão comunicadas, formalmente, ao

CONTRATADO.

**CLÁUSULA DÉCIMA -FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO(S) SERVIÇO(S):** A CONTRATANTE fiscalizará a execução do objeto diretamente através de seus representantes devidamente credenciados, de acordo com os padrões desta Companhia e outras indicações contidas neste instrumento contratual, com amplo acesso aos locais de trabalho do CONTRATADO, e aos documentos que lhe digam respeito, mantendo, para tanto, o número de fiscais que julgar necessário.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização, por parte da CONTRATANTE, não exime o CONTRATADO de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto e a observância de todos os preceitos legais e de boa técnica.

Parágrafo Segundo - Toda comunicação entre o CONTRATADO e a CONTRATANTE, relacionada com a execução do objeto, deverá ser feita por escrito ao gestor do contrato.

Parágrafo Terceiro - Cumprido o objeto do Contrato, este será recebido provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da comunicação ao CONTRATADO e, definitivamente pela área gestora do contrato, mediante termo circunstanciado (Termo de Recebimento), assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA -DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

Parágrafo Primeiro – Além de outras hipóteses expressamente previstas em lei, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas projeto básico;
- b) O atraso injustificado para o início da prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- c) O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;
- e) A decretação de falência;
- f) A dissolução da sociedade;
- g) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste Contrato, incluindo, neste critério, eventual extinção do contrato de concessão da PCH Paranoá;
- h) Uso ou emprego da mão-de-obra infantil, sem prejuízo da aplicação de multa e das sanções legais cabíveis.

Parágrafo Segundo A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº13.303/2016.

Parágrafo Terceiro -A forma de rescisão do contrato poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito de qualquer das partes nas hipóteses da Lei nº 13.303/2016;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a CEBG;
- c) judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral a que se refere a alínea “a” do Parágrafo anterior, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o Parágrafo Quarto será de 90 (noventa) dias).

Parágrafo Sexto - Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpada outra parte CONTRATANTE, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do CONTRATADO terá este ainda direito a:

- i) Devolução da garantia;
- j) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- k) Pagamento do custo da desmobilização.

Parágrafo Sétimo – A rescisão por ato unilateral da CEB GERAÇÃO, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento:

- a) Assunção imediata do objeto CONTRATADO, pela CEBG, no estado e local em que se encontrar;
- b) Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CEBG;
- c) Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CEBG.

**CLÁUSULA DÉCIMA -SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

Parágrafo Primeiro - Os contratos celebrados poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa do gestor do contrato, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar, observado o disposto da Lei nº 13.303/2016.

Parágrafo Segundo - A alteração quantitativa poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando for necessário acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro - A alteração qualitativa do objeto poderá ocorrer quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da CEBG.

Parágrafo Quarto - Quaisquer novos tributos ou encargos legais que venham a ser criados, alterados ou extintos após a data da apresentação da proposta e, que comprovadamente reflitam os preços contratados, implicará na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Quinto - A competência para autorizar as alterações contratuais de que tratam os PARÁGRAFOS SEGUNDO, TERCEIRO e QUARTO é atribuída à Diretoria Colegiada e as mesmas serão efetivadas mediante aditamento ao instrumento contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA -TERCEIRA -GARANTIA CONTRATUAL:** O CONTRATADO deverá recolher, em nome da CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias após a data de assinatura do Contrato, uma das seguintes modalidades de garantia, conforme indicado em sua Proposta Comercial:

a)caução em dinheiro;

b)Seguro- garantia;

c)Fiança bancária;

Parágrafo Primeiro -As garantias a que se referem às alíneas "a", "b" e "c", serão de até 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Segundo -A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por banco, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle ou administradores, não participem do capital ou da direção do CONTRATADO, bem como somente poderão ser aceitas se emitidas por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria, credenciada como Instituição Bancária pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Terceiro- Na carta de fiança deverá constar a expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Novo Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Quarto - Qualquer que seja a modalidade de garantia escolhida pelo licitante vencedor, esta deverá cobrir todo o prazo de vigência do Contrato, acrescido de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quinto - O recolhimento de quaisquer das garantias deverá ser feito por intermédio da gerência financeira da CEB GERAÇÃO.

Parágrafo Sexto -A garantia escolhida pelo licitante deverá ser complementada sempre que houver defasagem em relação ao valor inicial, sendo tal complemento apresentado CONTRATANTE, quando da entrega das faturas correspondentes, como condição para o recebimento destas. Em caso de prorrogação do prazo de vigência do Contrato a ser firmado com o licitante vencedor, a garantia deverá ser renovada, mantendo-se o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, atualizado, e cobrindo-se o prazo prorrogado acrescido de mais 30 (trinta) dias.

Parágrafo Sétimo - A garantia depositada poderá, a critério da CONTRATANTE, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou não cumprimento de obrigações contratuais assumidas pelo CONTRATADO.

Parágrafo Oitavo - Ocorrendo a hipótese prevista no Parágrafo Sétimo, a garantia deverá ser reconstituída imediatamente pelo CONTRATADO, de forma a manter o valor compatível com o valor da contratação, devidamente atualizado.

Parágrafo Nono - A garantia somente será levantada após o recebimento definitivo do objeto desta contratação, não devendo juros ou correção monetária, salvo quando prestada em dinheiro, caso em que será atualizada monetariamente. Não sendo cumpridas quaisquer das obrigações contratuais, a garantia ficará retida até a solução da pendência.

Parágrafo Décimo - A garantia escolhida pelo CONTRATADO poderá ser substituída por outra no decorrer da execução do objeto, com anuência previa da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA -DOS DESEMBOLSOS:** A despesa decorrente desta licitação será (ao) debitada na(s) Conta (s) Orçamentária(s) do Orçamento da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA -DO GERENCIAMENTO:** O gerenciamento deste Contrato e a sua execução ficará a cargo da contadora Renata Rosa Ribeiro, a quem deverá ser dirigida, por escrito, toda comunicação entre o CONTRATADO e a CONTRATANTE, por escrito, relacionada com o objeto deste contrato.

Parágrafo Primeiro -O Responsável Técnico (RT) da CONTRATADO, pela execução do objeto deste contrato é o indicado no quadro resumo de representantes legais do preâmbulo deste instrumento contratual.

Parágrafo Segundo -O Responsável Técnico (RT) pela CONTRATANTE, pelo acompanhamento da execução do objeto deste Contrato é o indicado no quadro resumo de representantes legais do preâmbulo deste instrumento contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS:** Este Contrato não induz analogia aos títulos de crédito para efeito de circulação, hipótese em que o CONTRATADO incorrerá nas penas previstas em norma competente. O protesto indevido de qualquer título da CONTRATANTE, garante à mesma, o direito de glosar das faturas do CONTRATADO, o custo para regularização da situação, independentemente da aplicação das penalidades legais. Os casos omissos serão dirimidos de acordo com as normas jurídicas aplicáveis e, em especial, com a Lei nº 13.303/2016. Em cumprimento ao Decreto nº 34.031 de 12 de dezembro de 2012, fica informado que, havendo irregularidades neste instrumento, qualquer cidadão poderá entrar em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

**CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA – DO FORO:** Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solucionar eventuais litígios referentes a este Contrato.



Documento assinado eletronicamente por **BRADLEI RICARDO MORETTI, Usuário Externo**, em 30/03/2020, às 14:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA PARIS MENDONÇA - Matr.0005287-6, Diretor(a)**, em 30/03/2020, às 15:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO SÁ RORIZ - Matr.0009436-h, Diretor(a)-Geral**, em 31/03/2020, às 09:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: [http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador= 37787468](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=37787468) código CRC= **6E702DFF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Setor de Áreas Públicas Lote C Bloco M - Bairro Guará - CEP 71215-902 - DF

3465-9300